

# LIMITES DAS ADMINISTRAÇÕES IBÉRICAS E CONFLITOS SOCIAIS NO RIO DA PRATA

de Inícios do Século XVIII: um Estudo de Caso

**MATHEUS DE OLIVEIRA VIEIRA\***

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir sobre os conflitos sociais na região platina de inícios do século XVIII e as tentativas de apreensão e resolução destes por parte das administrações centrais. Para isto, apoia-se na bibliografia especializada a fim de identificar os conflitos de interesse entre redes de comércio, administrações locais e administrações centrais. Como um estudo de caso mais específico, será aprofundado o caso português através de dois problemas recorrentes na história da Colônia do Sacramento: o da taxaço do comércio de couros e o da falta de navios para escoar o produto.

**Palavras-chave:** Administração Colonial; Rio da Prata; Conflitos Sociais.

## ABSTRACT

The present study aims to reflect on the social conflicts in the platinum region of the early eighteenth century and the attempts of seizure and resolution of these by the central administrations. To this end, it relies on specialized literature to identify conflicts of interest between trade networks, local administrations and central administrations. As a more specific case study, the Portuguese case will be deepened through two recurring problems in the history of the Colonia del Sacramento: the taxation of the leather trade and the lack of ships to dispose of the product.

**Keywords:** Colonial Administration; Río de la Plata; Social Conflicts.

\*Este estudo é fruto da disciplina "Oficinas de História", ministrado no segundo semestre de 2016 na Universidade Federal Fluminense pela professora Maria Fernanda Bicalho, a quem muito agradeço pelo aprendizado. Agradeço igualmente ao professor Leonardo Marques pelas críticas que ajudaram a melhorar o texto. Graduando em História na Universidade Federal Fluminense. Email: vieiramatheus@id.uff.br

De um ponto de vista econômico, pode-se dizer que a região platina entrou no século XVIII em franco desenvolvimento. Àquela altura, Buenos Aires já havia se consolidado como ponto articulador de mercados distantes, atlânticos e interamericanos, e o testamento de Carlos II, não obstante a instabilidade política que gerou, colocou uma nova possibilidade para os negócios portenhos. Ainda nos primeiros momentos da Guerra de Sucessão (1701-1713), o *cabildo* de Buenos Aires proclamou Philippe d'Anjou como Felipe V e abriu oficialmente os portos para o comércio francês<sup>2</sup>. Disto pode-se notar que os portenhos não apenas sofreram consequências da Guerra de Sucessão, mas agiram tendo em vista que o novo período de instabilidade também oferecia algumas oportunidades. Uma das mais importantes é a possibilidade de concretizar a conquista da Colônia do Sacramento, algo que já se vinha reivindicando desde fins do século anterior, e que aconteceu em 1705<sup>3</sup>.

Observando que o desenvolvimento econômico de Buenos Aires nas últimas duas décadas do XVII esteve diretamente relacionado à presença portuguesa<sup>4</sup>, parece inexplicável o incômodo que esta passou a exercer aos portenhos. É que, se por um lado a presença portuguesa democratizava o acesso a produtos brasileiros e europeus na região platina, o que colaborou para o desenvolvimento da comunidade mercantil buenairense, por outro, significou desvio significativo de prata para o império português, o que irritou progressivamente a maioria dos homens ligados ao *cabildo*<sup>5</sup>. Não foi, no entanto, somente o desvio da prata que provocou o ataque à Colônia do Sacramento, mas também a exploração portuguesa do gado da Banda Oriental, fator apontado por Fernando Jumar como principal motivo<sup>6</sup>.

O gado bovino era a principal riqueza da região platina. Quando os espanhóis chegaram em 1580 para refundar Buenos Aires (uma primeira tentativa havia sido realizada com a expedição de Pedro de Mendoza em 1536), encontraram numerosos rebanhos selvagens espalhados pela região. Os animais se espalhavam por um vasto território, que incluía também os pampas e as terras dos atuais Rio Grande do Sul e Uruguai. As origens do gado são desconhecidas, o que contribuiu para que o debate acerca do direito de exploração fosse sempre intenso<sup>7</sup>.

Os habitantes da Colônia haviam iniciado a exploração sistemática do gado desde a primeira década de ocupação, objetivando a exportação em larga escala de couro e sebo. Nos últimos momentos do século XVII, também se tentou dar início à exportação de charque, mas tal pretensão não se concretizou devido, entre outros fatores, aos altos preços do sal<sup>8</sup>. Diferente disto, a exportação do couro platino conheceu acentuado êxito ao longo do tempo. Sua extração para comercialização datava de inícios do século XVII e, apesar de ser um produto de fácil acesso, desde esses primeiros momentos já houve alguma tentativa de regulação para a exploração, o que aumentaria com o passar das décadas e com a escassez do gado em algumas regiões.

A elite portenha havia se consolidado, ao longo dos séculos XVII e XVIII, mediante constantes lutas políticas para controlar a exploração do gado. Desde os tempos de União Ibérica

1 O *cabildo* era a unidade fundamental do governo local na América espanhola, sendo responsável por questões ordinárias como a justiça, a cobrança de impostos e o policiamento. Também era o principal meio de comunicação com a administração central e o espaço no qual aconteciam as disputas políticas entre colonos.

2 JUMAR, Fernando. "El primer boom de la exportación de cueros y la sociedad local. Río de la Plata. Fines del siglo XVII, comienzos del siglo XVIII" In: *XXI Jornadas de Historia Económica. 23 al 26 de septiembre de 2008*. Caseros: Asociación Argentina de Historia Económica, 2008.

3 Idem, *ibidem*.

4 MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en Siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988, p.151.

5 POSSAMAI, Paulo. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, p.343-344.

6 JUMAR, *op.cit.*, p.14.

7 CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.187.

8 POSSAMAI, *op.cit.*, p.363-364.

(1580-1640), para se conseguir comprar couros no estuário platino era necessário negociar com o *cabildo*, que então “encomendava” o couro com aqueles que tinham o direito de realizar as *vaquerías*, ou seja, com os *accioneros*<sup>9</sup>. A questão é que os homens do *cabildo* e os *accioneros* eram, na maioria das vezes, parte do mesmo grupo, quando não as mesmas pessoas. Tratava-se, portanto, de uma elite que tentava controlar a exploração do gado e o comércio de couro. Com o tempo, as exigências para se tornar *accionero* foram se tornando cada vez menos rigorosas, e em 1677, mediante uma Cédula Real, eles perderam o direito sobre o comércio. Passaram a se concentrar então na produção, tentando controlar agora o acesso à terra por meio da propriedade privada. O direito de regular o comércio foi restituído ao *cabildo* apenas em 1708<sup>10</sup>.

A partir disto torna-se fácil compreender os pedidos de expulsão dos portugueses da região na virada do século, momento de aumento considerável na demanda<sup>11</sup>. De certa forma, ao menos para a administração local, os portugueses eram vistos como vizinhos indesejáveis e sua remoção só não acontecera antes devido às ordens da coroa espanhola para manter a “boa harmonia”<sup>12</sup>, em uma clara manifestação das diferenças de interesses entre a administração central e a local.

Posteriormente, nas negociações que formalizaram e garantiram o término da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713), a região platina voltou a aparecer como relevante tema. Para garantir a nova ordem diplomática, a coroa espanhola teve que fazer concessões. Pelo reconhecimento dos portugueses, o preço foi a restituição da Colônia do Sacramento. Tal decisão complicou a situação dos empresários *ganaderos* – como Jumar chama a elite ligada ao *cabildo*. Um ano antes, o estoque de gado da margem de Buenos Aires fora declarado extinto. Nessa fase, portanto, os portenhos teriam que conquistar novos territórios indígenas na margem de Buenos Aires e/ou disputar a Banda Oriental, na outra margem do Rio. Ao que parece, investiram nas duas opções<sup>13</sup>.

## Sacramento aos Olhos da Coroa Lusa

Para a coroa lusa, o acesso direto ao Rio da Prata não era mais tão necessário quanto fora antes da descoberta do ouro nas Minas Gerais<sup>14</sup>; no entanto, a intensa política de ocupação, o aumento da segurança, o grande incentivo para a agricultura e a preocupação com a disposição espacial das edificações indicavam que a nova Colônia do Sacramento estava longe de ser irrelevante<sup>15</sup>. Com a nova fundação, a Banda Oriental rapidamente passou a ser novamente explorada pelos portugueses, que se valiam de parcerias com os índios minuanos, instalados na região, para acessar o gado e dificultar o controle portenho, como durante a primeira ocupação<sup>16</sup>. Mas para entender melhor o grau de importância da Colônia em relação ao império português no momento de sua segunda fundação, é razoável recuar mais um pouco para entender sua importância na primeira experiência.

9 O termo *vaquería* se refere ao ato de caça do gado da região, e *accioneros* é a nomeação daqueles que tinham o direito de tal prática.

10 POSSAMAI, *op.cit.*, 364-365.

11 JUMAR, *op.cit.*, p.8.

12 *Idem*, p.9.

13 *Idem*, *ibidem*.

14 POSSAMAI, *op.cit.*, 74.

15 PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: O extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: F.P. Prado, 2002, p.39.

16 GARCIA, Elisa Frúhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

---

---

A partir de meados do século XVII, o império português enfrentava sérios problemas econômicos. O fim da União Dinástica significou o estancamento de uma série de relações comerciais importantes entre as coroas e seus domínios ultramarinos, e os portugueses não mais tinham acesso à prata, fundamental para o comércio com o Oriente. Posteriormente, os gastos com a Guerra de Restauração (1640-1668), sobretudo as dívidas resultantes da ajuda de outras nações para o reestabelecimento da soberania portuguesa, agravaram a situação econômica<sup>17</sup>. As invasões holandesas desviaram preciosos recursos, ainda que em um período relativamente curto e as vitórias portuguesas no Nordeste e na África não significaram melhora, pois os preços do açúcar brasileiro caíram consideravelmente na Europa, devido à nova concorrência do Caribe e à entrada definitiva de holandeses e, mais tarde, ingleses nesse comércio. No Oriente, o poder português foi drasticamente reduzido pela presença holandesa, fazendo com que os interesses imperiais se deslocassem progressiva e definitivamente para o Atlântico sul<sup>18</sup>. Nesse quadro, tomaram forma algumas tentativas de recuperação – seja partindo da coroa, das administrações locais ou de grupos de comerciantes que tiveram seus interesses lesados pela conjuntura – dentre as quais estão a autorização para a venda de escravos para a América espanhola mesmo durante a guerra contra Espanha e a fundação da Colônia do Sacramento.

O interesse imediato era a prata, fundamental para combater a desvalorização monetária no interior do império e para garantir novamente boa posição para os comerciantes portugueses<sup>19</sup>. Neste sentido, o Rio de Janeiro estava fortemente vinculado à fundação da Colônia do Sacramento, pois seus comerciantes tinham interesse direto em retomar o contato com a região platina e porque partiram de lá os principais recursos humanos e financeiros responsáveis por fundar e manter a Colônia<sup>20</sup>. O incômodo que os portugueses causaram aos portenhos mostra que a fundação da Colônia atendeu em alguma medida às expectativas no que diz respeito ao acesso da prata, mas logo as descobertas das minas de ouro convulsionaram todo o império português e alteraram a importância relativa da Colônia do Sacramento. Na última década do século XVII e na virada para o seguinte, surgiram novas preocupações ocasionadas pela descoberta do ouro, sobretudo o novo problema da inflação e o medo de que a migração para o interior esvaziasse e desprotegesse o litoral<sup>21</sup>. De fato, resultou disto a falta de recursos do Rio de Janeiro para enviar socorro quando do cerco da Colônia em 1705, resultando no abandono da praça<sup>22</sup>.

As negociações de Utrecht (1713), que determinaram a volta da Colônia do Sacramento aos domínios portugueses (a segunda fundação ocorreu em 1716), determinaram também a substituição da *Compagnie de Guinée et de l'Assiento pela South Sea Company* no fornecimento de cativos para Buenos Aires. Tais consequências seriam fundamentais para a nova configuração econômica e social da região platina. Vale ressaltar que a Colônia do Sacramento que se desenvolve a partir de 1716 apresentava uma realidade diferente da primeira e um desenvolvimento mais acelerado. Observa-se uma política de ocupação mais intensa com a vinda de casais colonizadores das Ilhas dos Açores e de Trás-os-Montes e com o aumento da segurança nas adjacências das muralhas, onde estes se instalavam. Houve grande incentivo para a agricultura, sobretudo para a produção de trigo, e a preocupação com a disposição espacial das edificações

---

17 POSSAMAI, *op.cit.*, 51.

18 MAXWELL, Kenneth. "Hegemonias antigas e novas: o Atlântico ibérico ao longo do século XVIII" In: MAXWELL, K. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

19 PRADO, *op.cit.*, p.51.

20 *Idem, ibidem*.

21 RUSSELL-WOOD, Anthony. O Brasil Colonial: o Ciclo do Ouro, C. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 2001.

22 POSSAMAI, *op.cit.*, 72.

também indicava que a pretensão portuguesa era ocupar definitivamente o território<sup>23</sup>.

### A Colônia Entre Portenhos e Fluminenses

Com a segunda ocupação da Colônia do Sacramento, o complexo portuário<sup>24</sup> consolidou-se e assumiu seu pleno funcionamento. Pode-se formular, como ponto de partida e de um ponto de vista legal, que este funcionava da seguinte maneira: a Colônia do Sacramento era responsável pela introdução de produtos europeus e luso-brasileiros na região; estes eram comprados pelos portenhos com prata e couro; o couro só poderia ser produzido por Buenos Aires a partir da exploração da Banda Oriental, mas a sua exportação poderia ser feita através dos circuitos legais espanhóis ou através da Colônia do Sacramento; e o fornecimento de escravos seria apenas feito pela *South Sea Company* para Buenos Aires. A realidade, no entanto, era bem mais complexa, pois, como coloca Prado, “comércio legal e ilegal misturavam-se no cotidiano das relações no Prata [e] comerciantes, autoridades e contrabandistas confundiam-se e surgiam relacionados a complexas redes de negócios e relacionamentos”<sup>25</sup>. Para entender melhor esta realidade é preciso ressaltar alguns pontos.

Primeiro, os portugueses não concordavam com a exclusividade dos portenhos no direito de explorar a Banda Oriental e exploraram sistematicamente enquanto puderam (até 1735)<sup>26</sup>. Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à presença dos ingleses, que não se contentaram apenas com o comércio de escravos e passaram a contrabandear mercadorias ilegalmente<sup>27</sup>. Ou seja, a Colônia não era a única via pela qual Buenos Aires exportava prata e couro e importava produtos europeus. Além disso, os ingleses também se aproximaram da Colônia no comércio ilícito. Alguns comerciantes vinculados às rotas formais (Bahia, Rio, Lisboa) chegaram a reclamar de sua presença por oferecer mercadorias por um preço muito mais baixo e levar muito do couro sem pagar os devidos impostos<sup>28</sup>. Por outro lado, não parece ter sido desprezível o fornecimento ilegal de escravos da Colônia para Buenos Aires, embora isso não apareça muito nas fontes<sup>29</sup>. Em resumo, pode-se dizer que o complexo portuário funcionava mediante circuitos de comércio e redes de relações nas quais os atores sociais estavam inseridos, extrapolando as fronteiras de origem, localização geográfica e legalidade. Em algumas ocasiões, por exemplo, em que se reclamava do enriquecimento da Colônia enquanto Buenos Aires empobrecia com o comércio, alguns portenhos saíram em defesa dos portugueses<sup>30</sup>.

---

23 PRADO, *op.cit.*, p.39.

24 A ideia de “complexo portuário platino” é formulada por Fernando Jumar ao perceber que a realidade econômica e social da região só pode ser entendida de maneira integrada. JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlantique Au Rio de la Plata*. Paris: École des Hautes Études em Science Sociales, 2000. Tese de Doutorado. *Apud* PRADO, *op.cit.*, p. 19.

25 PRADO, *op.cit.*, p.137.

26 *Idem*, p.116.

27 Na verdade, os ingleses tinham permissão para introduzir uma quantidade limitada de mercadorias, mas este limite nunca foi respeitado. A professora Helen Julia Paul interpreta esta permissão contida no contrato como um sinal de que os espanhóis já esperavam que haveria tentativa de contrabando para seus portos na América. Mas, se houve realmente tal expectativa, ela não previu bem a força desse contrabando. Ao que tudo indica, ele foi crescente e responsável pelo descontentamento dos espanhóis com o contrato, o que resultou em represálias e, por fim, na declaração de guerra vinda de Londres em 1739. PAUL, Helen. *The South Sea Company's slaving activities*. University of Southampton, 2009, p. 4. Para uma ideia da força deste contrabando, ver: STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *Silver, trade and war: Spain and America in the Making of Early Modern Europe*. The Johns Hopkins University Press, 2000, p.264. 28 *Idem*, p.166-167.

29 POSSAMAÍ, *op.cit.*, p.287.

30 PRADO, *op.cit.*, p.146.

---

---

O outro porto, além de Buenos Aires, intimamente conectado à Colônia do Sacramento era o Rio de Janeiro. Segundo estudo de Antônio Carlos Jucá, Sacramento ocupava posição de destaque nos negócios dos grandes comerciantes fluminenses. Na década de 1720, apresenta, dentre todas as rotas comerciais originadas no Rio de Janeiro, o maior índice de participação de grandes comerciantes<sup>31</sup>. Se considerarmos que, na mesma década, os couros representavam cerca de 17% de todo o valor exportado e *verificável* do complexo platino, incluindo metais preciosos<sup>32</sup>, e que Sacramento era responsável por cerca de 70% de toda a exportação de couros para o período<sup>33</sup>; podemos inferir que os grandes comerciantes do Rio de Janeiro tinham interesse significativo no couro, ainda que o principal interesse fosse a prata. Também nesse sentido se mostravam os interesses da coroa: a prata era a sua demanda principal, mas quando escasseava ou quando o acesso era dificultado, o couro poderia ser a moeda em troca da qual Sacramento venderia suas mercadorias; mas, quando a oferta em Lisboa baixava seu preço, preferia-se novamente o envio de prata<sup>34</sup>. Nesse movimento, a coroa ia extraíndo os lucros do fluxo de couro em cima de taxações, quando isso era possível, e, mesmo que escapasse-lhe os couros ilegais, para a década de 1720 a receita deve ter sido considerável.

Até aqui pôde-se vislumbrar um pouco da complexidade das relações sociais na região platina, suas possibilidades e alguns de seus conflitos. Serão considerados agora os limites da administração central frente às lógicas sociais locais. Para o caso de Buenos Aires, isso é mais evidente, já tendo sido demonstrado nos conflitos de interesse entre *cabildo* e a Coroa. Resta considerar então o caso português, o que será feito a partir de um estudo de caso.

### O monopólio dos fretes e o quinto dos couros

Afim de analisar as dificuldades de mando do governo central português, bem como aprofundar o conhecimento acerca dos conflitos sociais locais, selecionei um documento régio que apresente problemas locais e tente solucioná-los, para, após isso, considerar a eficácia das soluções encontradas. Trata-se de uma provisão de D. João V ao governador do Rio de Janeiro Aires de Saldanha de Albuquerque sobre dois problemas apresentados pelo ex-governador da Colônia do Sacramento Manoel Gomes Barbosa em carta de 1719.

O primeiro problema apresentado por Manoel Barbosa foi que os navios que iam do Rio de Janeiro para a Colônia não tinham capacidade para levar os mantimentos necessários e para regressar com os “efeitos” (entendendo-se aqui como “produtos”, “mercadorias”) dos particulares da Colônia. Objetivando a solução, Manoel Barbosa pediu que as pessoas que mandavam navios a partir do Rio de Janeiro mandassem pelo menos um navio de 350 toneladas ou mais. Após consultar o Conselho Ultramarino, o rei se mostrou favorável a este pedido:

/20 (...) pareceu ordenar por resolução de vinte deste presente mês, como em con- /21 sulta do meu Conselho Ultramarino que procurem que os homens de negócio que /22 comerciam para a dita colônia, a primeira embarcação que mandarem todos os anos /23 seja maior e do porte de 350 toneladas, declarando por editais que se façam públi- /24 cos a todos, que enquanto esta /25 estiver a carga não possa toma-la ou (...), porque es- /25 ta concessão será o que (...) a muitos, vendo que hão de gozar deste benefício /26 e, sendo caso que não haja quem queira

---

31 SAMPAIO, Antônio Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do império português (1701-1750)” in: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.72 *Apud* PRADO, *op.cit.*, p.150.

32 JUMAR, *op.cit.*, tabela 2, p.32.

33 *Idem*, tabela 5, p.34.

34 POSSAMAI, *op.cit.*, 367.

fazer a dita viagem, vos obrigueis a que /27 se faça inviolavelmente, por se encaminhar esta diligência em benefício comum /28 de uns vassallos que estão servindo em tanta distância é justo que sejam fa- /29 vorecidos envolvendo-se também por esta causa o interesse do comércio<sup>35</sup>.

No que diz respeito ao segundo problema, Manoel Barbosa encaminhou ao rei a reclamação dos moradores que sugeria estar sendo excessiva a taxação sobre os couros. O governador encaminhou então o pedido destes para que ficassem livres dos quintos dos couros comprados dos portenhos. Aparece no texto, porém, uma espécie de segundo pedido, ainda que em forma de reclamação: caso os moradores permanecessem tendo que pagar o quinto de todos os couros, que ao menos ficassem livres do dízimo da alfândega do Rio de Janeiro. Neste caso, o rei se mostrou desfavorável, mas aceitou a reclamação que pareceu prever a ordem das determinações e suprimiu o pagamento do dízimo, ainda que por um período limitado:

(...) porém, no que /30 toca aos quintos, que se não deve alterar o (...) observado há muitos anos na dita /31 colônia, e que se mandou praticar na ordem que se remeteu ao governador Artur /32 de Sá Meneses, expedida em vinte e quatro de setembro do ano de 1699, na /33 qual se declarou indistintamente que se pagassem quintos dos couros feitos na cam- /34 panha como dos que se comprarem aos castelhanos, porque se se alterar esta /35 disposição será dar ocasião que a maior parte dos couros que se fizerem na co- /36 lônia se justifique serem serem [sic.] comprados aos castelhanos, porque, como todos /37 os moradores são interessados nesta negociação, se ajudarão uns aos outros reci- /38 procamente e (...) este descaminho; além do que, é conveniente que os portugueses /39 se apliquem a fazerem cassadas, o que não farão se houverem de pagar dos cou- /40 ros que eles fizerem e os não pagarem dos que comprarem aos castelhanos; antes, /41 se deve impedir com declaração que no que fora ao direito do dízimo o não [paguem] /42 por tempo de cinco anos. De que vos aviso para que assim o tenhais entendido e fazerdes /43 executar esta minha real disposição, e para que a todo o tempo conte o que /44 nesta parte determinei, fareis registrar esta minha ordem nos livros da se- /45 cretaria desse governo e nos da fazenda real e mais partes onde convier<sup>36</sup>.

O rei, então, seguiu o parecer dos conselheiros e encaminhou as soluções nesta provisão em 1722 para o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque para que tomasse as devidas providências para fazer cumprir suas determinações.

É possível ampliar um pouco o entendimento acerca das questões que envolvem a produção do documento e desenvolver algumas reflexões valendo-se da bibliografia disponível e cruzando-a com a provisão transcrita. Afim de facilitar a análise, os temas serão desenvolvidos separadamente para que depois se possa fazer considerações mais gerais.

### Atores sociais por trás das fontes

A provisão de D. João V não resolveu o problema dos fretes. Este permaneceu ao longo das décadas de 1720 e 1730. Depois de Manuel Gomes Barbosa, o novo governador de Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcellos, também despenderia bastante energia para tentar resolvê-lo. Tal permanência sugere que era uma questão que envolvia conflitos de interesse, não um simples problema administrativo que atrapalhava o comércio, devendo-se, portanto, tentar perceber quem são os grupos e atores sociais envolvidos, o que fica mais claro em fontes posteriores. Em carta ao Conselho Ultramarino, Vasconcellos relembrou o determinado pela

---

35 AHU\_ACL\_CU\_012, Cx. 1, D. 75. A grafia foi atualizada afim de facilitar a leitura.

36 *Idem, ibidem.*

---

---

provisão de maio de 1722, sobre o envio de ao menos uma embarcação de 350 toneladas, e acrescentou que se deveria permitir a particulares enviar embarcações menores enquanto essa não chegasse. Na argumentação de Vasconcellos, conforme analisa Fabrício Prado, é possível reconhecer a demanda de pequenos e médios comerciantes<sup>37</sup>. Além disso, Vasconcelos ainda afirma que o problema dos fretes não se devia à falta de embarcações, mas às estratégias de grandes comerciantes que dispunham dos espaços dos navios. Nesse sentido, os homens que controlavam os navios dessas rotas enviavam poucos navios propositalmente para manipular o preço do produto, garantindo melhor posição em relação às demandas<sup>38</sup>. Não é possível determinar se D. João V tinha alguma ideia desta questão no momento em que ditou a provisão. Ao que tudo indica, tal informação só chegaria ao reino com a carta de Vasconcellos.

Como já mencionado anteriormente, as décadas de 1720 e 1730 foram marcadas pela forte influência de grandes comerciantes fluminenses nos negócios da Colônia do Sacramento. Observando que o problema dos fretes é igualmente notável para esse período e levando em consideração as acusações de Vasconcellos, é razoável supor que os manipuladores dos fretes fossem esses mesmos grandes comerciantes fluminenses, e a força econômica desse grupo, se é que podemos falar de um único grupo, parece ter sido muito grande. Mesmo Francisco Pinheiro, um dos maiores comerciantes lisboetas que mantinha negócios na Colônia do Sacramento, viu seus interesses prejudicados pela questão dos fretes do Rio de Janeiro. Em 1726, seu operador e sócio em Sacramento, Meira da Rocha, demonstrou acentuada preocupação em perder couros comprados que esperavam navios para a exportação. Podemos ver, portanto, que não só pequenos e médios comerciantes se viam prejudicados pelo problema dos fretes, mas também alguns dos grandes. Tratava-se, como já mencionado, de qual rede de comércio se estava integrado<sup>39</sup> e, ao que tudo indica, Francisco Pinheiro e Meira da Rocha, ainda que exportassem couros também via Rio de Janeiro, não faziam parte das mesmas redes de grandes comerciantes responsáveis por manipular os fretes. Para os médios e pequenos comerciantes, por outro lado, a única esperança de fazer parte de tais redes era através das ações políticas do governador<sup>40</sup>. A necessidade de Vasconcellos de ter que lembrar o determinado pela provisão transcrita indica que ela não vinha sendo cumprida, ou de que havia receio de que não fosse, o que também evidencia a força destes negociantes dos fretes, já que o rei ordenara que o governador do Rio de Janeiro os fizessem a obedecer inviolavelmente.

Quanto ao quinto, tratava-se de taxa de 20% sobre os couros exportados cobrada, como aparece na argumentação de João V, desde 1699. O pedido dos moradores é que ficassem livres de pagá-la dos couros que compravam dos espanhóis, conservando a taxação apenas para os feitos na campanha. No entanto, a razão de tal pedido não aparece na fonte. O Conselho Ultramarino interpretou-o como uma estratégia para escapar do imposto, como fica claro na reafirmação do rei. Mais uma vez, a questão dos grupos sociais envolvidos parece ser fundamental para entender o impasse. Na provisão, D. João V referiu-se a “moradores” e não considerou a possibilidade de conflitos de interesse internos ao afirmar que, sendo “todos os moradores interessados nessa negociação, se ajudarão uns aos outros reciprocamente”.

As explicações dadas pelo ex-governador Manuel Barbosa indicam que não eram todos os moradores, mas os mercadores que tinham maior interesse na isenção, pois, visando a exportação em larga escala, agiam a comprar permissão ilegal para a exploração direta ou simplesmente compravam os couros em locais distantes do porto de Sacramento<sup>41</sup>.

---

37 PRADO, *op.cit.*, p.151.

38 *Idem, ibidem.*

39 POSSAMAI, *op.cit.*, p.366.

40 PRADO, *op.cit.*, p.152.

41 POSSAMAI, *op.cit.*, p.370.



O rei não estava, nesse sentido, enganado, pois a isenção serviria para couros que na verdade proviriam da exploração direta da campanha ou o comércio direto, se se mostrasse mais vantajoso, determinaria um desencorajamento para fazer as caçadas. Barbosa afirma então que tal isenção não era útil a todos os moradores, como parece pretender o rei na sua disposição, pois a maioria deles não dispunha de recursos para prosseguir por meio dessas duas estratégias<sup>42</sup>. É curioso que tenha sido a mesma pessoa que levou o pedido dos moradores a esclarecer agora que não se tratava de um pedido que beneficiaria a todos. Fica a questão de se ele já tinha conhecimento de tais coisa e, nesse sentido, outra questão que deve ser levantada, e que não poderá ser respondida aqui, é se podemos nos fiar nas cartas de Vasconcellos e Barbosa como algo mais próximo da realidade, sabendo que estes também estavam inseridos em redes de comércio com interesses próprios. Tal balanço só poderia ser feito com um trabalho amplo de pesquisa em fontes primárias, mas deve-se considerar a possibilidade de que talvez não haja uma verdade a ser extraída das fontes para as medidas administrativas referentes à Colônia do Sacramento, pois, como poderia haver um caminho certo da administração se não se pode definir bem o que é legal?

### Considerações Finais

O presente estudo é mais um esforço no sentido de problematizar o poder de mando das administrações ibéricas em relação a seus domínios. Tal questão, amplamente debatida pela historiografia brasileira, ganha contornos especiais quando projetada sobre a região platina, pois nesta, como ficou claro no texto, as fronteiras administrativas eram bastante diluídas. As complexas redes de negócio, que incluíam figuras das administrações locais, se sobrepunham às lógicas formais das fronteiras administrativas e resultavam, muitas vezes, em oposição entre administração central e local, como nos constantes embates entre o cabildo de Buenos Aires e coroa espanhola.

No caso português, a fonte analisada e os problemas que ela introduz dão notícias da complexidade das relações no interior da Colônia do Sacramento e das dificuldades para a administração central de entender as questões locais para tomar suas decisões. Os trabalhos de Moutoukias e Jumar citados mostram que as oscilações dos movimentos econômicos dos portos platinos estiveram sempre relacionadas e, em uma região onde o comércio tinha importância central, isto demonstra que as realidades sociais, bem como os momentos mais conflituosos ou de mais instabilidade, eram mais determinadas pelas redes que formavam o complexo do que por situações no interior de Buenos Aires ou Sacramento. O rei não dispunha de todos os dados que os historiadores têm “em mãos” e, por tanto, devia se fiar aos relatos dos seus súditos e às investigações de seus conselheiros, o que nem sempre podia dar um bom panorama. No entanto, deve-se observar também que, ainda que a noção de complexo portuário, em grande medida reproduzida aqui, seja mais interessante do que os recortes nacionalistas e teleológicos de outrora, ela deve ser entendida mais como uma estratégia de análise do que como uma realidade. Isto porque, se Sacramento e Buenos Aires estavam integradas em um bloco econômico, estas também faziam parte de outros: Buenos Aires com as rotas que subiam o Rio de Prata, Sacramento com o Rio de Janeiro, como ficou claro no trabalho.

A questão dos fretes é um ponto que ilumina o movimento mais geral do século XVIII no qual a América portuguesa ultrapassou paulatinamente sua metrópole: dois

---

42 *Idem, ibidem.*

---

---

governadores engajados e uma provisão real não foram capazes de frear as estratégias de um grupo de grandes comerciantes que, através do Rio de Janeiro, manipulavam os fretes. O desenvolvimento desse século traria muitos outros momentos como esse, não só na Colônia do Sacramento, nos quais os interesses de grandes negociantes ultrapassam os interesses do poder central, movimento conhecido e que levaria à necessidade de reformas profundas. Creio que as tentativas de afirmação da taxaço sobre o comércio intenso de couro e as opções tomadas por comerciantes para fugir de tais taxaçoes também dão notícias dessa realidade.